

tais que o próprio Estado produz com seus conjuntos que temos que evitar a continuar fazendo, não dá mais para continuar fazendo determinados tipos de conjuntos habitacionais, acho que a CDHU tem até percebido isso e mudou recentemente a tipologia, entrou com três dormitórios, está em um momento que temos que começar a ver que as condições de famílias no apartamento de 37m<sup>2</sup> no Minha Casa, são indignas, isso é contra o estatuto da criança e adolescente, contra qualquer coisa, então tem que ter análise de pós-ocupação, acho que é fundamental para concursos, para caderno de projetos tem que ter um aprendizado do que deu certo e dos desastres que já aconteceram, se a família entra em um programa habitacional seja ele do Município ou do Estado Federal, a regra tem que ser a mesma, se o cara entrou na CDHU ele vai pagar tanto, se ele entrou no Minha Casa ele paga tanto, se ele entrou na COHAB ele paga tanto, então a meta essa é uma unificação, acho ótimo. Sra. Tereza – Essa equipe apresenta para o Conselho Executivo a proposta de cartilha, o modelinho da cartilha, apresenta o Plano e o modelo da cartilha, coleta sugestões a podemos passar esse modelo de cartilha também por e-mail para todo mundo que é do GT, para todo mundo ver o que acha e tudo mais. Sra. Marly – Precisa articular o Plano Municipal de Habitação para o Plano Diretor, determinadas diretrizes do Plano Diretor tem que ser reforçadas no Plano Habitacional. Sr. André – Podemos encerra a reunião, agradeço a todos.

#### SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMH

#### ATA DA JORNADA DE DISCUSSÃO DO PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Data da Reunião: 22 de outubro 2010

Local: Auditório da Secretaria da Cultura - Av. São João, 473 8º andar (Galeria Olídio)

No dia 22 de outubro de 2010, às 9h30, reuniram-se nas dependências da Secretaria da Cultura, na Av. São João, 473, 8º andar, Centro – São Paulo, para Jornada de Discussão do Plano Municipal de Habitação, cuja convocação contou com membros do Poder Público, dos Movimentos Populares e Sociedade Civil. É iniciada pelo Sr. André: Hoje vamos fazer uma apresentação geral do Plano e numa 2ª etapa a discussão por regiões da cidade. Desde que começamos as discussões nesse GT, a idéia foi de no final os Conselheiros irem para as suas regiões e mostrarem como que era o Plano Municipal de Habitação para aumentar o máximo possível a discussão pública. Sra. Violêta: Estamos muito contentes por mais um prêmio em uma das nossas intervenções, que é o Cantinho do Céu, às margens da Represa Billings com o arquiteto Marcos Boldarini. O Cantinho do Céu foi uma das práticas reconhecidas para representar o Brasil na Bienal Internacional de Veneza. Eu queria fazer um outro elogio público aqui, pois quem começou essas atividades de discussão do Plano foi a Conselheira Marly Namur. Ela fez o 1º debate que foi o início dessas discussões muito saudáveis que estão acontecendo nos diversos setores. Nós já tivemos uma reunião na FAU-USP, depois tivemos reuniões com o Ministério Público, no Conselho Superior da FIESP, com o GT de Habitação do Departamento da Indústria da Construção Civil. O SECOVI e o SINDUSCON, junto com seus pares estão promovendo mais um debate no dia 27; e no dia 26 será na Escola Politécnica. No dia 20 nós tivemos uma discussão no 6º Fórum de Pesquisa da Universidade Presbiteriana Mackenzie onde Tereza Herling e Elisabete França apresentaram o trabalho e por aí nós temos ido dar a notícia do Plano. Na agenda vamos ter o mês de novembro com reuniões locais nas Subprefeituras de modo que muito justamente os Movimentos Populares possam fazer sua participação e dar as suas sugestões. Eu vou fazer uma saudação à representação dos Movimentos Populares na pessoa da nossa Conselheira Nair Delatin que tem feito um trabalho de coordenação importante. O GT Demanda foi inovador, criou os critérios para a demanda que devem ser observados. Dia 27, às 14:30, é o SINDUSCON. Vamos a apresentação: em São Paulo nós temos uma pesquisa, como foi realizado o Plano Municipal de Habitação? Dentro da Cities Alliance, dentro da forma de preparação para chegar à peça final do Plano, várias pesquisas subsidiárias foram contratadas e foram feitas para refinar os dados e dirimir dúvidas. Foi contratada a Fundação SEADE para realizar uma pesquisa sócio-demográfica. O resultado dessa pesquisa nos aponta que 3 milhões de paulistanos vivem em assentamentos precários e ao longo dos 15 anos o que nós vimos foi uma piora desses loteamentos na sua qualidade e uma melhora com o Programa de Urbanização. Por exemplo, nos Mananciais que urbanizou muitos núcleos, nós tivemos uma piora de uma classificação e uma melhora de outra. Trabalhamos com RESOLO e com HABI de zero a 3 salários, favelas e áreas públicas invadidas, integração é a marca desta idéia aqui. Os 3 milhões correspondem a 1/3 da população paulistana. Temos dentro dos Programas uma componente de acompanhamento social que é inédito, é forte, tem sido prática reconhecida e copiada em vários outros Programas. Esse Plano ele tem um ineditismo de se alinhar com vários instrumentos. Estamos cumprindo o Artigo 6º da Constituição Federal, o Estatuto da Cidade que dá direito a cidade, a moradia digna com todos os direitos fundamentais de habitabilidade, acessibilidade; o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo que está em revisão, e finalmente as metas do milênio das Nações Unidas, que São Paulo é signatário dessas metas e o Brasil, especialmente São Paulo, tem sido avaliado como um dos bons cumpridores das metas do milênio. Nós temos nas metas do milênio que diminuir a precariedade, levar infra-estrutura e saneamento e buscar a cidade sem essa precariedade com melhores condições de vida. No alinhamento institucional, nós buscamos articulação institucional com os 3 níveis de governo, lembrando que o sistema em Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social que está na Lei 11.124/2005; o Plano Nacional de Habitação - PLANHAB, o Plano Estadual de Habitação que está na sua finalização e o Plano Municipal de Saneamento. Daqui vem uma obrigatoriedade da SABESP de contribuir com 7,5% do que arrecada no solo Paulistano e vai para um Fundo Municipal de Saneamento. Esse valor numa previsão de 300 a 350 milhões de reais, serão componentes de recursos importantíssimos na composição do orçamento para vencer a precariedade. O Plano de Saneamento se alinha com o Plano Municipal de Habitação. Temos que trabalhar de uma forma integrada com as políticas de saneamento, drenagem de resíduos sólidos, de saúde em relação à melhoria ambiental da Cidade de São Paulo com a construção da política dos 100 parques. Nós tivemos em 2008 uma atividade importante com a Cities Alliance e vieram vários países verificar nossas práticas de urbanização. Houve um Seminário Internacional que gerou uma publicação, um colega africano ele chegou lá no Jardim Iporanga, e falou, mas você disse que ia nos trazer a uma favela, cadê a favela? Este assentamento foi urbanizado e se essa mudança de paisagem causa essa cognição da pessoa de buscar uma área conflagrada que ela não existe mais, isso é sinal que a prática deu certo. Os instrumentos de planejamento utilizados foram principalmente à criação do nosso web site que é o sistema de informações sobre habitação social que se chama HABISP. O HABISP é um www, ele

está num espaço democrático da rede mundial de computadores na web. Esse sistema ele tem acesso para você poder buscar os assentamentos, você busca informações, documentos como, por exemplo, o próprio Plano e as nossas publicações; é uma constante dinâmica de atualização. Foi criado dentro do HABISP um sistema de priorização desses assentamentos que junta 4 indicadores e pondera esses indicadores que entraram no sistema a partir do conhecimento que cada HABI Regional foi buscar em campo. Daí cria-se um ranqueamento, uma classificação conforme a qualidade da infra-estrutura, uma classificação do bom para o pior. Misturado com outro índice que é a área de risco, como esse assentamento está em relação ao risco geotécnico. Mais um é a vulnerabilidade social desse assentamento, e esse índice é produzido pela Fundação SEADE, estamos usando aquilo que estatisticamente responde pela qualidade da informação para o Estado e para o país. E por último as condições de saúde, levando em conta quais são as doenças e o nível de enfermidades veiculadas pelos recursos hídricos. A representação cartográfica nem sempre consegue levar o entendimento da informação, por isso nós agregamos com outros tipos de gráficos. Apesar dos nossos 1.509 Km<sup>2</sup> que é o tamanho do Município de São Paulo, menos de 10%, do nosso território nós temos esses 3 milhões de pessoas vivendo em aproximadamente 1.550 favelas e quase 1.000 loteamentos. Este dado demonstra que nós temos pouco território, mas altamente ocupado. As favelas estão se verticalizando. Na síntese dos resultados da pesquisa SEADE nós checamos que as famílias de baixa renda elas estão até 3 salários mínimos. As famílias que estão abaixo da linha de pobreza e extrema pobreza são famílias com pais, marido, esposa e muitos filhos, mas num ciclo de vida ainda jovem, chefes de família com menos de 8 anos de escolaridade, dificulta na busca de um bom emprego numa forma de se sustentar. Esse dado de vínculos de trabalho não formalizados, cônjuges fora do mercado de trabalho demonstra que é necessária política de inserção de trabalho e renda. Os recursos financeiros e programas que são propostos, temos aqui o que chamamos de perímetros de intervenção por quadriênio. Nós estamos falando de um Plano que ele vai de 2009 até 2024, isso corresponde a 4 quadriênios, ou seja, o espaço de 4 administrações para a Cidade de São Paulo. 2012 é um marco para a Cidade de São Paulo porque ela tem a ver com a nossa Agenda 2012 que é o Plano de Metas do governo que também esse Plano tem um alinhamento com a Agenda 2012. Depois eu vou convidar colegas que estão aqui representando as HABIS para que eles possam expor a metodologia, como que eles fizeram com a orientação de Tereza Beatriz Herling e supervisão de Elisabete França, o trabalho de definição do que nós chamamos de Perímetros de Ação Integrada-PAI. O Programa de Urbanização de Assentamentos Precários e o Programa de Cortiços, estamos falando nesses 2 Programas de 800 mil domicílios, foi identificado que nós teríamos que fazer a adequação de 670 mil desses domicílios e o déficit por novas moradias, o nosso esforço provisional para garantir esses Programas aqui seria de construção de 130 mil novos domicílios, para isso nós necessitaríamos de 20 bilhões. O Programa de Aluguel Social é uma ponte, um apoio para as políticas públicas, hoje em São Paulo nós temos mais de 15 mil famílias em Aluguel Social. Você tem o subsídio social aluguel para 160 famílias e está sendo projetado com uma necessidade de 5 bilhões e o Parceria Social para 13 mil famílias. A identificação por SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, dos moradores de rua em total desabrigo. Parceria Social é um Programa gerado numa Resolução do Conselho Municipal de Habitação que cria uma porta de saída da extrema pobreza, do extremo desabrigo para que através de uma poupança e reconhecida sua capacidade de inserção social, possa depois buscar e se inserir na demanda por habitação. Novas moradias é o crescimento demográfico, é a formação de novas famílias, então nessa projeção até 2024, para o Município, nós estamos falando de quase 700 mil novas moradias. A produção de novas unidades, na faixa de renda familiar de até 3 salários, 33 bilhões para subsídio total. Dos 33 bilhões para subsidiar completamente o acesso para aquisição ou locação social, 6% desses valores municipais, 9% estaduais e 85% de origem da União, do OGU, do Orçamento Geral da União. Na faixa de renda de 3 a 6, nós estamos falando aqui de 3,5 bilhões para subsidiar até 16 mil por unidade, também tendo uma maior participação de recursos federais e na faixa de renda de 6 a 10 nenhum subsídio, 100% disso estaria a cargo de maior interesse que vai se manifestar no setor produtivo pela faixa de renda até 6 salários. No Minha Casa Minha Vida 2 deverá ser encarado com um pouco menos de generalidade e mostrando que terreno em São Paulo é difícil encontrar e que modifica essa engenharia desse subsídio genérico massivo para o país, cada metrópole tem suas especificidades não tem terra sobrando em São Paulo. Os recursos por fonte orçamentária na forma atual, é bom que se faça nota e se registre, São Paulo desde 2005 aumentou substancialmente o orçamento de habitação, algo que estava por volta de 1%, hoje é 4% do orçamento. E nessa distribuição mais de 70% é recurso do Tesouro Municipal, Estadual, o Governo Estadual contribui com 10% e o Federal com 19% através do Plano de Aceleração do Crescimento ou com o Programa Minha Casa Minha Vida. Os esforços atuais estão contabilizados em 174 mil moradias no Programa de Urbanização de Assentamentos Precários, 20 mil unidades construídas e em construção, ou seja, nós estamos bancando uma previsão, 12 mil, 13 mil famílias em aluguel, isso corresponde a 30 meses de um aluguel por volta de 400 reais mensais para poder garantir a estabilidade dessa família entre a sua fase de remoção e re-assentamento. 1.200 famílias no Parceria Social, 280 cortiços em obras - essa é uma prática muito bem sucedida e barata e que está modificando as condições centrais fazendo valer a legislação existente que é obrigação do proprietário dar condições para os moradores nessas habitações que estão sem unidades sanitárias.1.200 Cartas de Crédito da CDHU dadas e o Programa de Revitalização e requalificação da Área Central, onde 53 prédios em fase de desapropriação na região central. Sr. André: A discussão que aconteceu dentro do nosso GT foi pautada o tempo todo de proposição e retorno da proposição feita pela Secretaria da Habitação, na época pela Tereza, pela Violêta, todo grupo que trabalhou na elaboração do Plano. Como já combinado dentro do nosso próprio GT, as reuniões regionais e setoriais também vão seguir esse mesmo propósito, eu estou lembrando isso aqui, registrado em Ata, que o Grupo que elaborou o Plano, o tempo todo deixou claro que as análises e as proposições feitas pela Sociedade Civil Organizada representada no Conselho são analisadas e pactuadas dentro do Plano conforme a análise feita do conjunto de idéias sem tirar o eixo principal. Nós temos que deixar muito claro que um Plano que está sendo construído junto com o Conselho, ele está sendo pensado para uma ação de governo num prazo até 2024. Sra. Valentina: São duas sugestões: o início dessa apresentação está muito didático, onde fala qual os objetivos do Plano, quais as bases legais que estão saindo. Eu sinto falta desse conteúdo na introdução da Cartilha, acho que enriquecia porque vai ficar escrito e as pessoas vão levar para ler. Outra questão, ainda dessa natureza formal, nós fa-

lamos bastante da relação da habitação com o Plano de Saneamento, só que também caberia reforçar dessa relação uma questão estrutural de gestão que está aqui colocado na meta. Isso é fundamental porque vai ser em função desse enraizamento gerencial do Plano nas estruturas de monitoramento, de controle é que vai dar uma continuidade de longo prazo e também a relação desse Plano. Com a questão do Planejamento Urbano porque tem um peso muito grande e bastante positivo de revisões de legislações. Pensando o Plano como um processo, existem metas bastante importantes como que buscamos há muitos anos, como o estímulo da parceria público-privado na produção de HIS. Minha sugestão é que ao fazer essa apresentação, que ficasse uma pergunta, quer dizer, dentro daquele setor ou dentro daquele órgão, ou seja, outros setoriais ou outros entes do Estado de que forma eles poderiam propor, numa 2ª rodada já, não mais de questão de discussão de princípios e metas, mas de discussão de operacionalização disso como se poderia colocar, daríamos um tempo para esses outros parceiros e outros setores estarem trabalhando em proposições operacionais e mais de caráter de gestão operacional para um próximo momento de rodada e seria já a implantação do Plano, então fica essa sugestão como solicitação nas discussões aí que estão se estendendo. Sra. Marly: Estou muito mais preocupada no debate em ouvir o SINDUSCON o que tem a dizer a respeito do Plano como eles vêem, como eles poderiam, participar, como eles poderiam construir essa parceria público/privada. O que me preocupa muito, nós estamos no Brasil numa fase que nós falamos muito depois do Estatuto da Cidade em construção de Planos Democráticos, mas democráticos não significa ouvir, significa fazer sugestões, propostas e para que isso ocorra é necessário que as pessoas conheçam as propostas iniciais. Sr. Elcio: Essa agenda solicitada pelo SINDUSCON foi no sentido justamente de que a Prefeitura fosse apresentar o Plano, ainda não tivemos essa oportunidade. Eu queria também fazer uma sugestão, mas seria numa etapa mais lá na frente, eu vejo uma necessidade de envolvermos o Governo Federal nesse debate lá na frente. Chamar o Ministério das Cidades aqui num evento que poderíamos construir, município, Estado para debater esse tema; chamar a Inês, enfim, quem quer que seja para debater isso e também para mostrar que o município está fazendo a sua parte temos nosso Plano aqui em construção e queremos ouvir de vocês exatamente essa questão sobre recursos. Sr. Ararê: Eu queria parabenizar a apresentação e o Plano, muito bom, é a 1ª vez que eu vejo a apresentação, gostei muito. Achei que faltou, quando isso for sobreposto com o Plano Diretor, toda a questão de transporte, de mobilidade. E a macro zona, a região metropolitana, colocar isso na agenda, uma meta para daqui alguns anos para conseguirmos também ver o crescimento metropolitano da região, eu acho que seria interessante. Sra. Nair: Acho que é importante esse momento de apresentação, se faz necessário porque se torna público o material que temos para poder observar as discussões e enriquecer essas novas etapas. Quero fazer uma observação, é 1º lugar aos elogios que meu nome recebeu no início da apresentação sobre o trabalho. Eu fico muito honrada e esse enriquecimento é meu, por poder contribuir nessa gestão de um pedacinho de algum ato para políticas públicas de São Paulo. No item Urbanização de Favela, pegamos o material, ouvimos, participamos, só que uma coisa é você ver no papel e outra coisa é você ir a campo e observar de fato o desafio. Eu sou da região Leste e tive oportunidade de visitar a Urbanização de Favelas lá no São Francisco, e eu tive uma surpresa muito grande no sentido do recebimento pela assistente social, pelos engenheiros e arquitetos que apresentaram a situação atual. Estou falando à nível das unidades habitacionais porque eu conheci a região no seu passado e estou conhecendo o atual. Fiquei muito feliz, muito envolvida com essas visitas, eu digo no nível de registro, de entrevistas com algumas pessoas já morando. Uma outra situação também, na Zona Sul, ali no Paraisópolis que temos 2 realidades, a realidade que você está aí numa área que fica na Av. Morumbi com uma comunidade tão localizada, eu diria num padrão tão elevado e manter aquela situação como estava, esgoto a céu aberto, famílias morando nas beiras dos córregos, hoje já se tem lá mais de 1.200 unidades que foram produzidas e essas famílias já foram removidas da área da beira do córrego muitas famílias já estão morando e está virando ali uma verdadeira cidade onde as pessoas têm orgulho de viver. Eu só tenho que dar os parabéns pela equipe de trabalho e estou aqui, companheira, no sentido de continuar colaborando um pouquinho, se eu puder. Sra. Luzinete: Eu estou fazendo questão de falar aqui nesta reunião tão rica, para parabenizar. Hoje eu sinto no coração, o que foi fazer esse trabalho de 28 anos já de habitação e cada dia aprendemos mais. Parece que entrei na escola hoje e estou vendo aqui coisas que achávamos que era um sonho principalmente para a cidade de São Paulo. Vejo aqui na Cartilha, num trabalho que foi feito por nós também do Conselho e vamos deixar aí consagrado talvez até para outras gerações, o sonho de ter a casa própria mais próxima. Porque hoje sabemos que temos em São Paulo um Governo que se preocupa realmente com habitação e uma HABI e COHAB que realmente põe isso para funcionar e não fica aquele Conselho que vemos no papel. Queria parabenizar muito, falar que tenho muito orgulho de trabalhar com essa equipe, com esse Conselho. Quero colocar também aqui uma coisa que me incomodou muito, quem trabalha com Movimentos de Moradia sabe, temos uma demanda que aguarda há 4, 5 anos e ficamos contentes quando vimos que o Governo tirou os prédios para habitação social. Mandamos nossas famílias se cadastrarem na COHAB, na lista única para eles poderem ter oportunidade como todo mundo teve de ter sua casa própria e hoje eu fico muito triste quando vejo que estão invadindo os prédios que vão virar moradia social, estou muito preocupada. Sr. Elgito: Já estamos há um certo tempo participando do Movimento de Habitação da cidade de São Paulo e na condição de um Plano desses eu diria que até é um tripé de Bete França, Nancy e Violêta junto com todos os técnicos que compõem essa Secretaria. Da década de 80 para cá o Movimento cresceu, a pressão social cresceu em torno dessas questões da cidade e demoramos até para chegar ao que estamos hoje aqui discutindo, que é um Plano para a cidade como um todo. Hoje a habitação está restrita a pequenas áreas de terra ou adensar a cidade, é o desafio para essa nova década. Fico triste por outro lado porque nós já construímos na cidade um conceito de habitação razoavelmente, que atinge todos os cidadãos, dos que ganham menos aos que ganham mais, acho que isso é uma coisa fundamental e acho que esse debate tem que se dar para valer porque não se cabe ocupar prédio na cidade hoje mais, eu estou falando isso desde 90, até 80, ocupava-se por necessidade, da década de 80 e 90 para cá, virou comércio, e é um desafio ao debate essa questão das ocupações porque eu sou testemunha de pessoas que ganham até R\$10,00 por dia para ficar dentro do prédio ocupando, sem ser demanda, sem ter nenhum conceito do que está fazendo, eu estou dizendo isso e assumo a responsabilidade como Conselheiro de Habitação dessa cidade de abrir um debate e chamar todos envolvidos nessa questão, (Aplausos), um debate claro e objetivo do ponto de

vista da cidade, no começo de 2000 aconteceu isso na CDHU, nós assinamos um documento contrário à essa questão de ocupação e assinarei quantos documentos forem contrários à essa questão de prédios públicos invadidos, destinados à produção de novas habitações para a cidade. Sra. Isabel: Quero realmente parabenizar vocês todos que participaram, quem efetivamente construiu esse Plano, acho que seria muito rico esse debate não só nas Subprefeituras, às vezes não abarca o conjunto todo dos Movimentos Sociais organizados. Eu estou falando, nada de bagunça, eu concordo plenamente, se a família mora lá nos mananciais não vai levar ela para o Centro ou o contrário, já tem suas raízes no bairro, na região, então é lá que ela tem que permanecer. A questão do transporte aqui em São Paulo é crucial, é importantíssimo para discutirmos a habitação também. Tem 227.000 co-habitação desejada na apostila e a explanação foi de 90.000, então é só uma questão porque se tiver que corrigir alguma coisa pode ser que eu que não entendi. Sra. Irlas: Hoje com uma Associação representando um número considerável de nortes-tinos Quero deixar aqui registrado o meu repúdio a essa invasão que aconteceu nos prédios na área central, isso não condiz verdadeiramente com a necessidade de cada um ter a sua moradia. Sr. André: Hoje nós temos uma reunião de conhecimento para os conselheiros, de apropriação dos conteúdos. Acho que a sua sugestão entra para o Grupo Técnico com uma proposta para Secretaria de Habitação. O Grupo Técnico sempre pediu que ao final de um processo, tenha uma discussão maior, e esse formato pode ser uma conferência. As discussões nas Subprefeituras não são audiências públicas, são oficinas. Nós sempre discutimos como vai ser a devolutiva, como isso vai ser feito? O Grupo técnico acha que sendo bem documentado, podemos ter uma reunião menor para que as lideranças voltem e saibam o que está sendo incorporado. A audiência pública, isso em algum momento pode acontecer, mas o Conselho de Habitação está buscando ter uma propagação dos conceitos e o retorno depois. E o terceiro ponto, que é fundamental, que a gente já marca uma reunião nova nossa. A política de transportes também é fundamental, o Plano Municipal de Habitação vem para complementar e propor um avanço nas políticas e instrumentos de políticas urbanas propostas pelo Plano Diretor Estratégico. Sra. Elisabete: Tivemos discussões para a Cartilha, vocês precisavam depois dar uma conversada com a Tereza o que vocês consideram importante que seja incorporado. A Cartilha está em fase de impressão, até liguei agora para esperar um pouco. A idéia é que ela estivesse pronta para as discussões nas regionais e que em novembro comecemos as discussões. O que eu acho importante é que fechemos depois disso para mandar para a Câmara dos Vereadores, o que não exclui a realização da Conferência da Habitação. O grupo deve estabelecer uma agenda para apresentar na próxima reunião, do Conselho Municipal de Habitação. Sra. Violêta: Quando estamos mostrando aqui esses 90.000 da co-habitação indesejada é um valor atual ao qual se agrega a projeção das demais famílias. Então você tem 130.000 que é uma parte dos 800.000. Os 670.000 é inadequação, 130.000 nova provisão. E esta nova provisão, agregamos a co-habitação indesejada. Esses 220.000 que estão redondos correspondem, com esse ajuste aqui dos números na página 17 a 227.000. Não sei se isso esclarece a tua dúvida. Vamos seguir com algumas apresentações regionais. Sra. Érika: O Plano Municipal de Habi Sudeste foi feito junto com o técnico tanto físico quanto social, com visitas às áreas e com consultas ao Habisp. Habi Sudeste fica na região metropolitana de São Paulo e é composta por 184 favelas, 44 loteamentos e 19 núcleos urbanizados. Dentro dela temos as Subprefeituras da Vila Mariana, Jabaquara, Ipiranga Vila Prudente e Aricanduva. Nós fizemos um levantamento das Sub-bacias prioritárias que são: Aricanduva, Oratório, Cordeiro e Meninos. Dentro dessas Sub-bacias nós fizemos grupos de assentamentos precários, e verificamos a suas precariedades tal como áreas de risco, coletor tronco, parque linear, o que estava na agenda 2012, todas essas intervenções. Fizemos um grupo de favelas, e montamos os perímetros de ação integrada dentro de cada Sub-bacia. No caso de Água Espriada, estão 16 favelas que estão fazendo parte da operação urbana Água Espriada. Do Oratório, nós fizemos um grupo de favelas, que está incluído os dois parques Santa Madalena, o Jardim Elba, o Iguaçu e o Jardim Planalto. No Meninos, aqui tem outro grupo no perímetro de ação integrada, que está São Pedro, Liviero, e Jardim Salete. E aqui Heliópolis, que na nossa região é a maior favela, com 18.080 domicílios. Nessas intervenções, tivemos reuniões com a SABESP, e eles passaram a prioridade deles com relação ao coletor tronco, ao Córrego Limpo, e juntos verificamos as prioridades, para depois, a partir para as prioridades de parque linear, das áreas de risco, que são em primeiro lugar, a agenda, regularização fundiária, e as áreas com reintegração de posse e Ministério Público. Nas outras favelas, loteamentos e núcleos fizemos os perímetros como esse de Heliópolis. Do Oratório, fizemos perímetro de ação integrada e distribuímos nos quadriênios conforme a necessidade, esse grupo de favelas vai ser feito aproximadamente em três quadriênios, assim como Heliópolis em quatro. E assim a gente foi distribuindo todos esses grupos do perímetro de ação integrada para a gente poder atender as maiores precariedades juntos, sem dar prioridade só para uma área, mas assim atendendo todas as nossas sub-bacias e todas precariedades aqui de HABI Sudeste. Sra. Helena: A idéia geral era buscar o saneamento progressivo das sub-bacias hidrográficas, e para isso reunimos os nossos assentamentos. Os perímetros são basicamente as micro-bacias, todos os assentamentos que contribuem com esgoto para o mesmo córrego. Agora para conseguirmos resultados mais palpáveis, vamos trabalhar com os perímetros de ação integrada, e assim conseguir sanear a poluição dos córregos. Uma vez desenhados os perímetros, nós tínhamos que dividi-los em quatro quadriênios. Levamos em consideração primeiro a precariedade, o risco desse conjunto de assentamentos, as obras que estavam em andamento, para poder aproveitar o trabalho já feito pela Secretaria. Então uma vez que já estava fazendo obra em algum assentamento desse perímetro, já priorizava os demais assentamentos. Os trabalhos da SABESP, o coletor pronto, o Córrego Limpo, essas coisas também levou em consideração, assim como o Parque Linear, e ainda assim dividiu os perímetros nos quatro quadriênios. Também a questão de custos, porque tinha orçamento previsto para cada quadriênio, então obvio que a teve que postergar, que a gente não gostaria, mas por questão de orçamento. Aí eu peguei um exemplo do perímetro, que a gente está chamando de segmento modelo, onde vai fazer agora um plano urbanístico, que é na Brasilândia, na Subprefeitura da Freguesia. Temos aqui embaixo Jardim Guarani, onde a gente já está com obras de urbanização. Temos todo tipo de precariedade, de risco, a gente tem aqui uma favela que está com o solo contaminado, então tem que ser removida. A favela do Jardim Paraná, que também tem riscos, temos loteamentos também extremamente precários. Teve um parque linear que vai passar por aqui. Quando se trabalha um perímetro, a gente pode se programar para fazer um trabalho eficiente, então vai ter que remover. Assim já estudamos onde a gente vai poder fazer provisão dentro desse mesmo território